

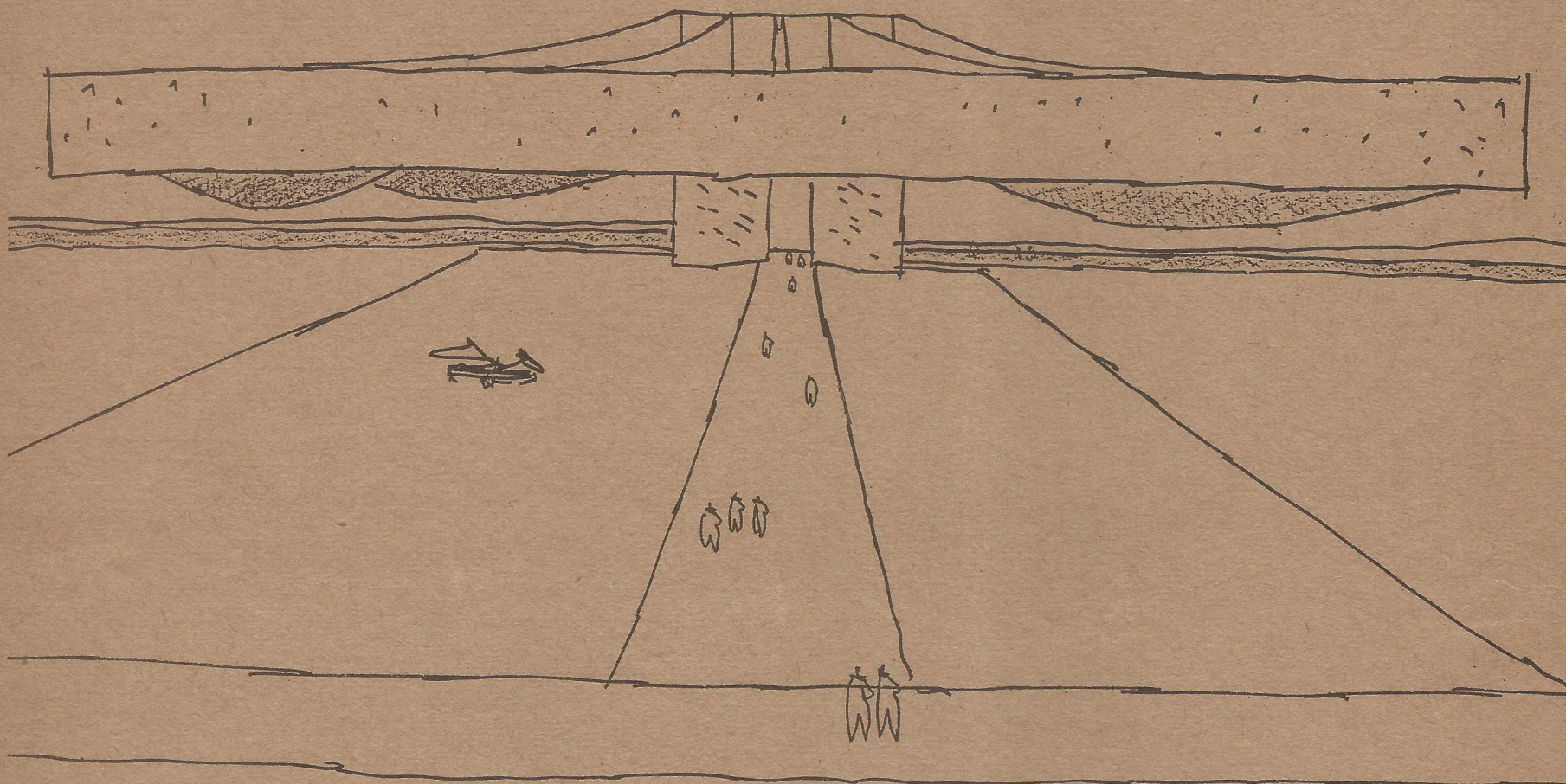
Um artigo exclusivo de Niemeyer

"Desejosos de preservar a vista para o mar, suspendemos todo o edifício sobre um apoio central, vigamentos de concreto na cobertura, tirantes metálicos e balanços de cinquenta metros." Palavras de Oscar Niemeyer explicando, em artigo exclusivo para o **Arquiteto**, seu mais novo projeto brasileiro. O Centro Musical

da Guanabara será construído junto ao Museu de Arte Moderna.

Niemeyer está desenvolvendo intensas atividades em sua passagem pelo Brasil e recebendo muitas homenagens. Uma muito importante foi a prestada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento de São Paulo. E o mês de dezembro, fértil

em homenagens, foi marcado também pela entrega do título de "Personalidade do Ano" ao velho mestre João Batista Vilanova Artigas, pelo IAB da Guanabara, em meio a grande festa no Museu de Arte Moderna. O projeto de Niemeyer está nas páginas 10 e 11, as homenagens a Artigas e Niemeyer na página 16.



Os bastidores e as lições do último Congresso da UIA

O arquiteto Demétrio Ribeiro, um dos integrantes da delegação oficial do Brasil que participou do Congresso da União Internacional dos Arquitetos, em Varna, Bulgária, conta na página 6 o que aconteceu nos bastidores da UIA e fala do papel desempenhado pelos países do Terceiro Mundo, com a liderança do Brasil.

Ainda o lazer: as teses apresentadas na UIA

Na página 7 apresentamos as teses sobre o lazer, analisado sob os seus mais variados aspectos: atividade, criatividade, espaço, lazer e subdesenvolvimento. A conclusão: "O arquiteto, como o artista, deixará no futuro de ser um fornecedor de obras

acabadas, para se tornar um instrutor e proponente de situações onde o espaço se organiza como fruto do exercício lúdico e criador coletivo".

CONFEA resolve sobre o preposto

O artigo 22 da Lei 5.194, de dezembro de 1966, prevê o direito do autor e co-responsável pela elaboração de projeto, especificação e detalhe técnico de obra, o direito de acompanhar sua execução, pessoalmente ou através de um terceiro, ou "preposto".

Agora, acaba de ser baixada pelo CONFEA a Resolução 213, que caracteriza a figura desse preposto como "o profissional de nível superior designado pelo autor ou pelo co-responsável pela elaboração de projeto, especificação ou detalhe técnico para representá-los na execução dos trabalhos".

Além disso, "se os trabalhos forem realizados na Região em que estiver residindo o autor ou o co-responsável, o preposto poderá ser um técnico de nível médio".

Sua atividade deverá ser precedida pela anotação de sua designação no Conselho Regional, em cuja jurisdição estiverem sendo realizados os serviços ou obras, e uma cópia dessa notificação deverá ser apresentada aos executores das obras para seu conhecimento.

O desprezo à arquitetura brasileira

Os arquitetos brasileiros não se conformam com a entrega de projetos da importância de uma Rio-Santos a profissionais estrangeiros. Na página 4, um importante depoimento sobre a participação do arquiteto no processo brasileiro e uma crítica ao

desprezo à classe, que tanto tem contribuído na busca de uma solução para os problemas de planejamento. A respeito deste tema, veja o artigo de Fábio Penteadó na página 3.

Conselho Superior do IAB se reúne em janeiro

A cidade de Goiânia foi escolhida para a reunião anual do IAB, que se realiza em janeiro. Na abertura do encontro serão conhecidos os trabalhos selecionados para participar da I Bienal Internacional de Arquitetura. Página 14.

A obrigatoriedade do Imposto Sindical

Como todos os trabalhadores e profissionais liberais, o arquiteto é obrigado a recolher o Imposto Sindical para poder exercer sua profissão. Veja na página 15 como proceder e os prazos de pagamento.

As pessoas achavam que o bonito precisava custar caro. Até que um dia apareceu Divilux.

Nesse dia, Divilux deu um xeque-mate nas outras paredes divisórias.

Porque ela provou, de uma vez por todas, que beleza e preço baixo podem perfeitamente andar de mãos dadas.

Divilux é mais barata porque é fabricada pela Eucatex.

E a Eucatex é a maior indústria brasileira de chapas de fibra de madeira. Divilux também é mais bonita: com ela você pode dividir o ambiente com padrões de madeiras nobres (jacarandá-da-bahia,

pinho-de-riga, cerejeira, caviúna etc.) e cores lisas (areia-jundiá, mel, areia-pérola, branco etc.).

Outro mito que Divilux destruiu foi o de que paredes divisórias criam problemas para a instalação elétrica. Seus perfis de alumínio dão acesso fácil à fiação e permitem o acoplamento de interruptores.

As pessoas que trabalham entre paredes Divilux têm tendência a trabalhar mais que as outras: as paredes Divilux são feitas de um material que isola o ambiente do calor e do som.

Seus painéis tipo sanduíche têm chapas Eucaplac por fora e Eucatex Isolante por dentro, compondo uma chapa termoacústica de fibra de madeira de 35 mm de espessura.

Para saber mais sobre Divilux, procure o escritório da Eucatex.

Ou então veja as paredes divisórias dos escritórios das seguintes firmas e repartições, onde Divilux dividiu para reinar: Hidroservice (SP), Secretaria da Economia e Planejamento (SP), Ministério da Fazenda (BH), Petrobrás Distribuidora (RJ), Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (SP).

Paredes Divisórias

DIVILUX

Um produto da

eucatex



A necessidade do planejamento urbano nacional

Finalmente cresce no País a consciência de que é preciso planejar o desenvolvimento urbano em termos nacionais. Planejar e executar. Pôr em prática os planos diretores de desenvolvimento. As antigas teses defendidas pelo IAB, nossos constantes debates, proposições, sugestões e denúncias, antes tidos como posições teóricas e até mesmo poéticas, começam a ser vistos sob uma nova óptica.

Os arquitetos falaram sempre. Muitos disseram que queríamos cidades impossíveis. Agora são as autoridades que vêm a público denunciar a gravidade dos problemas urbanos (hoje, mais de 50 por cento da população brasileira concentra-se nas cidades). E isto representa uma abertura importante na busca de soluções para melhorar as condições de habitabilidade das grandes cidades, cujos problemas de habitação, transporte, sistema viário, segurança e outros vêm crescendo na mesma medida que crescem as suas populações.

O Arquiteto Benjamim Ribeiro, diretor da Coordenadoria Geral do Planejamento da Prefeitura Municipal de São Paulo, mostrou em recente entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo" que "se o processo de urbanização continuar no ritmo atual, é bem provável que cheguemos, dentro de alguns anos, à proporção da ordem de 80 por cento de população urbana e 20 por cento de população rural. Em países desenvolvidos, o êxodo rural tem sempre como causa a mecanização intensiva do trabalho agrícola, que gera mão-de-obra ocio-

Fábio Penteadó comenta as velhas sugestões dos arquitetos, hoje defendidas por vários membros do Governo.

sa. No Brasil, isso ocorre em grande parte porque as populações rurais não têm níveis razoáveis de vida e fogem ao campo".

"Enquanto o Ministério da Agricultura atende às atividades que não são mais as de maior envergadura econômica do País, não temos nenhum órgão federal de alto nível que cuide dos problemas urbanos. A nossa idéia é que se deve criar, a nível de Governo Federal, um órgão de nível hierárquico bastante elevado, para cuidar dos problemas de desenvolvimento urbano, ou então um órgão realmente de cúpula, ligado diretamente à Presidência da República."

A criação de um órgão desse porte realmente poderia colaborar na solução de grandes problemas urbanos apontados pelos arquitetos desde o I Encontro de Arquitetos Planejadores (Curitiba-1966), que orientou decididamente os primeiros passos para o programa de planejamento urbano, na época sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento. E Jorge Wilhelm, que teve papel destacado nesse encontro, indica a necessidade de um seminário de técnicos para debater quais as alternativas para se administrarem os aglomerados urbanos no Brasil, e a de demonstrar os custos, riscos e benefícios de cada uma delas, para que as decisões possam ser tomadas em nível de consciência total.

Não queremos ficar fazendo autopromoção da classe ou, na platéia, comentando "está vendo, nós já dizíamos isso". O arquiteto tem um compromisso com a cidade, com a sociedade, e sua atitude é e deverá

continuar sendo pautada pela participação, pela discussão dos problemas urbanos, já reconhecidos por algumas administrações municipais que admitem a importância da pesquisa para orientar todas as obras necessárias a uma cidade, para que estas não se tornem obsoletas antes mesmo de serem construídas. Como diz Benjamim Ribeiro, "as cidades deveriam se beneficiar ao máximo da experiência errada das outras, crescendo sem repeti-la". E os arquitetos têm uma importante contribuição a dar neste sentido, colaborando na pesquisa das soluções mais adequadas a cada caso, a cada Região. Desde os problemas de lazer, habitação e transporte até os problemas específicos, como saber se as vias expressas realmente podem significar uma solução ou não, à medida que nas cidades européias os urbanistas estão desistindo deste tipo de solução, optando por sistemas viários mais simples, porém que não multiplicam o congestionamento que a via rápida de circulação cria na sua área adjacente.

Da criação de órgãos de consultoria municipal, como o que foi sugerido aos arquitetos Benjamim Ribeiro e Roberto Cerqueira César (Emurb) em recente debate no IAB/SP, com a participação de profissionais ligados ao planejamento urbano, de seminários como o sugerido pelo Wilhelm podem surgir importantes contribuições, conciliando novamente o homem com sua cidade, e uma ampliação dos debates nas escolas de arquitetura, com a obrigatoria participação da Universidade neste processo. Fábio Penteadó.



Fotografos Associados

ARQUITETO

Ano I número 4

Tiragem: 10.000 exemplares

ARQUITETO propriedade do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo e Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo.

Editado por SCHEMA EDITORA LTDA. Redação, Administração e Publicidade: Rua Bento Freitas, 306, 4.º andar, telefones: 36 4264, 36 2436, São Paulo. Distribuição gratuita, dirigida a arquitetos em todo o Brasil.

SAESP Presidente: Alfredo Paesani; Vice-Presidente: Geraldo Vespasiano Puntoni; Secretário: Helene Afanasieff; Tesoureiros: Roberto Loeb

e Gregorio Zolko; Diretor: Edith Gonçalves de Oliveira. Suplentes: Israel Sankovsky, Sérgio Sune Pflaggi, José Luís Fleuri de Oliveira, João Clodomiro de Abreu, Léo Bonfim Jr., Luiz Ernesto Gadella.

IAB/SP Presidente: Paulo A. Mendes da Rocha; Vice-Presidentes: Francisco Petracco, Hélio Pasta, Abrahão Velvu Sanovicz; Secretário-Geral: Edgar Gonçalves Dente; Secretários: João de Deus Cardoso, Lúcio Gomes Machado; Tesoureiros: Sami Bussab, Eduardo de Castro Mello; Diretores: Massachi Ruy Ohtake, Kalil Dabdab Neto, Guilherme Ribeiro de Almeida,

Haron Cohen, Bona de Villa, César Bergstrom Lourenço; Conselho Fiscal: Plínio Croce, Ludovico Antonio Martino, João Eduardo de Gennaro; Representantes no Conselho Superior: Oswaldo Corrêa Gonçalves, Maria Giselda Cardoso Visconti, Pedro Paulo de Melo Saraiva, Jon Andoni Vergarache Maitrejean, Marlene Yurgel.

ARQUITETO Diretor responsável: Fábio Penteadó; Editor: Vicente Wissenbach; Publicidade: Romeu Onaga (diretor), José Xavier de Lima, Fábio Onaga (assistente); Coordenadores: Sérgio Teperman, Ana Maria Dente, Helene Afana-

sieff; Comissão Imprensa IAB: Haron Cohen (coordenador); Editor gráfico: Vivaldo Tsukumo; Redação: José Roberto da Silva, Roberto Ricardo Comodo, Gilney Rampazzo, Luiz Carlos Cardoso, Armando Masson e Jan Puchala; Editor assistente: Teru Tamaki; Colaboradores: Arquitetos Álvaro Caldeira, Bona de Villa, Cesar Bergstrom Lourenço, Maria Helena Flynn, Maria Cecília Scharlack, Ubirajara Gilloli; Fotografia: Fotógrafos Associados; Ilustrações: Francisco Caruso; Produção: Schema Editora Ltda.; Composição: Linotipadora Godoy Ltda.; Fotelito: Norio Suzuki, Studio Ribeiro e Jaraguá; Impressão: Companhia Lithográfica Ypiranga.

Uma reivindicação: maior participação do arquiteto



Francisco Caruso

A par de nossa vocação, temos obrigações para com a comunidade que nos formou profissionalmente. E nesta perspectiva é imensa a responsabilidade do arquiteto. Sua contribuição ao desenvolvimento nacional pode ser avaliada pelo fato de sua criação exercer influência em quase todos os ramos do planejamento, sob o triângulo filosofia, arte e ciência.

Mas, por força da intensa interação da vida social, o arquiteto não é apenas um profissional de formação empírica, moldado ao sabor dos caprichos do mercado. Ao contrário, deve o arquiteto ter uma formação escolar adequada à dimensão da realidade nacional e deve a escola ordenar sua atividade no sentido de fornecer ao desenvolvimento do País quadros capacitados, seja tecnicamente, seja socialmente.

A relação Universidade—atividade profissional, infelizmente, nem sempre tem sido entendida de forma correta, quer pela própria Universidade, quer por muitos responsáveis pela atividade profissional.

A Universidade ainda não se deu conta da necessidade de criar condições para a graduação de maior número de profissionais, sem prejuízo de sua qualificação tecnológica. Ao contrário, no presente, o que se vê, é a proliferação de escolas, muitas delas incapazes de ministrar o ensino eficientemente.

Por outro lado, equívocos se têm verificado no seio de entidades responsáveis pelo controle da atividade profissional.

Em pesquisa realizada em 1970 pela empresa OESA — Organização e Engenharia S.A., sob os auspícios do CREA/5.^a Região, chegou-se à conclusão de que em 1975, a uma demanda de 1.500 arquitetos, corresponderia uma oferta de 2.300.

No mesmo ano, o CONFEA informou que no País existiam 6.130 arquitetos registrados nos CREAs.

Entretanto, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, em 1972, concluiu que, no plano nacional, para o ano de 1985, a oferta de engenheiros e arquitetos será da ordem de 96.392, para uma demanda de 181.556.

Constatamos, ainda, que a maioria dos municípios e regiões do País carece da presença permanente de arquitetos e, portanto, de planejamento.

Tais dados fornecem ao interessado estudioso a dimensão do problema da formação escolar do arquiteto, devendo-se sempre levar em conta que nossa população é de cerca de 100 milhões de habitantes.

À Universidade, portanto, cumpre formar mais profissionais, com a incrementação do nível de ensino, para cobrir a demanda que o desenvolvimento nacional exige e virá cada vez mais a exigir.

Aos responsáveis pela atividade profissional caberá o esforço pela valorização e obrigatoriedade do planejamento e melhor distribuição espacial dos profissionais, para que o País, de uma forma ordenada, se utilize dos quadros universitários de forma equânime.

Nesta oportunidade, em que se reúnem em festa os arquitetos, queremos dirigir um apelo ao Instituto de Arquitetos do Brasil, aos Sindicatos de todo o Brasil, aos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e à nova diretoria de nosso Sindicato, para salientar a responsabilidade de todos os órgãos no futuro do arquiteto, como peça indispensável ao desenvolvimento nacional e ao bem-estar da comunidade.

O planejamento da Rio—Santos

Já nos dirigimos em particular a cada uma das entidades responsáveis pela representação de nossa categoria. Queremos agora fazer um apelo no geral a todas elas, para que desenvolvam uma intensa campanha em defesa da arquitetura nacional.

Isto se torna muito importante no momento em que se tem notícia da realização de um projeto de autoria de profissionais franceses para a urbanização e implantação da indústria de turismo nas áreas da Estrada BR-101, Rio—Santos.

É uma ameaça que paira sobre os arquitetos brasileiros no sentido de preterir o seu esforço profissional; portanto, de preterir a cultura nacional.

O Governo brasileiro estabeleceu recentemente, por decreto a ser executado pelo INCRA, a louvável intervenção naquelas áreas. Urge, portanto, manter-se, através das entidades de classe, luta constante pela utilização dos profissionais brasileiros, negando a indiscriminada importação de "know-how" quando desnecessário e inadequado.

Assim o afirmamos porque possuímos os mais importantes urbanistas, que criaram uma extraordinária escola.

Trabalhos como a urbanização de Brasília, da Baixada de Jacarepaguá, de Cabo Frio, de Aratu, de Pirati, entre tantos outros, não só dignificam o profissional brasileiro como demonstram uma afirmação de nossa cultura.

Sugerimos às autoridades auscultar os nossos sentimentos, ensejando, desta forma, a participação de todos no progresso do País.

Essa responsabilidade adquire uma medida maior quando nos apercebemos de que a consciência nacional está a exigir que se estabeleça uma tecnologia própria capaz de criar melhores condições para a comunidade, permitindo que a Nação seja soberana nas suas decisões e no processo de sua emancipação econômica.

O fim da guerra fria na UIA

A União Internacional de Arquitetos foi fundada logo depois da Segunda Guerra Mundial e o seu maior título de honra é ter conservado a sua vitalidade durante a guerra fria. A continuidade do contato entre os arquitetos de todo o mundo, apesar dos preconceitos políticos, era por si mesma um objeto de grande alcance. Hoje, porém, esvaziou-se a guerra fria. Aquilo que foi a meta primordial da UIA perde algo de sua importância. O que é preciso saber agora é quais os seus objetivos mais importantes daqui por diante. Pelo que se pôde ver na Assembléia de Sófia e no Congresso de Varna, um, pelo menos, desses objetivos será o equacionamento dos problemas do desenvolvimento. Em outros termos, os problemas dos países subdesenvolvidos passarão a ocupar um lugar cada vez maior nas preocupações da UIA. Isso determinará mudanças no comportamento e nos hábitos das lideranças da organização. Os quadros dirigentes da União têm sido muito estáveis. Os mesmos grupos se revezam durante decênios nas delegações dos países mais influentes e nos postos de direção. Além disso, o período heróico da guerra fria parece ter deixado nessa "velha guarda", além de outras marcas, o pavor do debate e da polêmica sobre questões que possam degenerar em política. Como entidade reconhecida pela Unesco, a UIA tem no entanto colocado o subdesenvolvimento na ordem de suas preocupações. Mas na óptica dos países desenvolvidos e, digamos, conservadora.

A delegação brasileira levantou um aspecto importante dessa questão nos debates da Assembléia. Falando em nome de nossa delegação procuramos nessa oportunidade focalizar o papel das grandes empresas estrangeiras que, graças ao suporte financeiro de que dispõem, passam a dirigir processos fundamentais de organização do espaço em países subdesenvolvidos. Opções básicas da vida cultural de tais países são assim condicionadas a valores empresariais e financeiros alheios à sua realidade. Esse nos parece — e o dissemos — o problema mais agudo em matéria de arquitetura e desenvolvimento. Propusemos que a UIA tomasse a esse respeito uma clara posição de princípio, condenando a subordinação da arquitetura a propósitos de penetração econômica internacional.

Com isso, dizíamos, a UIA será muito mais útil aos arquitetos de países subdesenvolvidos do que fazendo declarações mais ou menos paternalistas a seu respeito.

Essa posição da delegação brasileira foi muito bem recebida entre os países que também conhecem o problema.

Os países latino-americanos, os africanos e os do Oriente Médio e a Turquia apoiaram expressamente a nossa posição. A cúpula reagiu de forma diferente: procurou esvaziar a idéia, sem combatê-la. Na redação final do programa de ação da UIA, o assunto restringiu-se à recomendação inócua de que, nos projetos para países em vias de desenvolvimento, os arquitetos se inspirem em "concepções locais". É o vocabulário que qualquer colonialista empregaria. Quero citar dois fatos que atestam que apesar dessas resistências vai crescer o papel dos países em desenvolvimento na UIA. Um deles é o episódio da candidatura brasileira a uma vice-presidência. Essa candidatura foi afinal retirada a pedido do próprio candidato, nosso colega Fábio Penteadado. Achou ele que determinadas reações provocadas pela

candidatura poderiam prejudicar no momento a organização. O fato significativo, porém, é que, quando proposta, a candidatura obteve apoio imediato de todas as delegações do chamado Terceiro Mundo. Sem subestimar o prestígio pessoal de Fábio no caso, vê-se que o Brasil consegue motivar todo esse setor da UIA e que, com isto, tende a se fazer ouvir cada vez mais a voz dos países em vias de desenvolvimento.

Outro fato significativo foi a escolha da Argélia para sede do Congresso de 1978. Essa decisão foi tomada por votação secreta e a discussão que precedeu o voto demonstrou claramente que a escolha obedeceu à consciência da importância crescente dos problemas do subdesenvolvimento para a Arquitetura mundial. A discussão desses mesmos problemas no Congresso em Varna foi praticamente frustrada por um motivo muito simples: o grupo de estudo que deveria tratar do "Lazer nos Países em Vias de Desenvolvimento" fora suprimido por decisão do Secretário-Geral da UIA. Alegou-se um pedido da Unesco, cujas razões não foram reveladas.

O tema do Congresso, "Arquitetura do Lazer", tornou-se assim ainda mais restrito. Nem por isso deixariam de ser interessantes algumas intervenções, principalmente, a meu ver, as de representantes de outras disciplinas, tais como da sociologia e da filosofia.

A nossa participação fora toda ela preparada para colocar problemas de ordem geral. Tentamos expressar algo dessas preocupações numa intervenção feita no grupo dedicado ao "Lazer Cotidiano", relacionando o lazer com a cidade e sua política territorial.

Acho que a participação dos delegados brasileiros no Congresso teria sido muito maior se tivessem contado com o texto da tese brasileira que infelizmente não chegou em tempo de ser impresso. Aliás, até agora ninguém leu a tese brasileira, apesar das discussões feitas em São

Paulo, antes do Congresso. Esse fato causou uma certa frustração entre nós. A divulgação no Congresso de um trabalho da Guanabara compenhou em parte nossa decepção. Trata-se de um excelente trabalho de Alfredo Britto e de Antônio Houaiss que espelha o pensamento dominante nas discussões preparatórias.

De qualquer forma, creio que os esforços feitos na atual gestão de Miguel Pereira para fazer todo o IAB "viver" o Congresso não deverão ser abandonados. A preparação coletiva das teses e intervenções, o processo eletivo de escolha dos delegados oficiais são medidas muito acertadas e que repercutiram muito bem nas bases do IAB.

Para o próximo congresso de Madrid, em 1975, deverão ser tomadas medidas desse tipo para que a nossa participação esteja à altura do que se espera de nós lá fora.

A vida da UIA entre dois congressos, ou, mais exatamente, a sua falta de vida nesses intervalos, foi comentada entre os congressistas. Conversando com colegas argentinos observamos o paradoxo de dois vizinhos americanos deverem ter ido à Bulgária para se encontrarem. Surgiu a idéia de se promoverem periodicamente encontros regionais de arquitetos. Os temas não faltariam para estabelecer uma troca de informações e para identificar problemas a aprofundar. Em Porto Alegre já estamos examinando a possibilidade de propor à Direção Nacional um encontro desse tipo em nosso Estado, com arquitetos argentinos, uruguaios e paraguaios.

Não gostaria de encerrar este meu rápido depoimento sobre o Congresso sem dizer o quanto ficamos gratos aos nossos colegas búlgaros pela sua acolhida, e o quanto admiramos o vulto e a qualidade de seu trabalho. Não poderia haver lugar mais próprio para discutir o tema do Congresso do que aquele inesquecível conjunto balneário de Varna, exemplo de identificação da Arquitetura com a Natureza.

A hora e vez do descanso de cada dia



Fotografos Associados

Alfredo Britto, do Instituto de Arquitetos do Brasil, Antônio Houaiss, da Academia Brasileira de Letras, e Frederico Moraes, do Museu de Arte Moderna, sintetizaram neste estudo grande parte do pensamento dos arquitetos brasileiros sobre o lazer. Com a publicação do trabalho deles, iniciamos uma série de artigos dando a visão dos arquitetos brasileiros sobre esse tema.

A espécie humana não deve ter feito, por longo lapso de tempo de sua evolução, distinção específica entre "labor" e "lazer" — já que deve ter vivido sob a pressão permanente de ação conducente à sobrevivência, em regime constante de carência. O "lazer" deve ter existido com incidência diária de recuperação da fadiga, ao acaso dos condicionantes biológicos temporais e climáticos. O advento do primeiro momento de relativa eficácia produtiva gerou a divisão do trabalho. As primeiras resultantes da produtividade devem ter sido acompanhadas de lazeres institucionalizados culturalmente, assimetricamente propiciados; as atividades dirigentes e organizadoras, na medida em que se multiplicavam seus elos horizontais e verticais, devem ter gozado cada vez mais de

tempo de "lazer" enquanto este era reduzido ao conceito biológico de recuperação no que se refere às atividades mais imediatamente produtoras. As estruturas sociais de classe — escravos, camponeses, artesãos, mercadores, domésticos, artífices — devem ter tido um mínimo de lazer individualizado, que se rompia nos lazeres coletivos das festividades de grupo.

Às sucessivas e progressivas divisões de trabalho corresponderam conquistas relativas de lazer, diferenciado profissionalmente. Em Roma, as classes dirigentes já conhecem, no apogeu, não só a *villa* — algo como "casa de campo" — senão que também a *villegiatura* — aldeias, cidades, eleitas para estada de prazer. O conceito de "férias, *vacations, vacations, vacaciones*", existiu, de início, para os que, independentes como profissionais, já haviam ganho algo com o que pudessem, sem indignação, pagar-se o luxo de uma cessação de trabalho.

O ideal romano pode, nesse particular, traduzir-se pelo *otium cum dignitate*, "ócio com dignidade", em que *otium* é ócio, repouso, paz, tranquilidade, sereno repouso longo, o que era possível para alguns várias

vezes ao longo da vida, para outros uma vez ao menos ao cabo da vida — o moderno conceito de aposentadoria, *retirement, retraite*.

As sociedades modernas tecnologicamente mais avançadas — vale dizer, com maior riqueza e complexificação da divisão do trabalho — assistiram, desde cedo, a uma luta pela conquista do lazer, em duas frentes principais, depois outras e outras. Primeiro, a da limitação da jornada de trabalho diário, seguida da consagração do preceito bíblico e cristão do dia semanal de repouso. Depois, a conquista das férias anuais, da semana inglesa, de tipos especiais de horários, segundo a periculosidade ou a natureza psicológica ou biológica da atividade (profissões de alto índice de concentração da atenção, de altos riscos de acidentes, de riscos de intoxicações etc.), ou segundo as faixas etárias ou de diferenciação sexual.

O lazer passou a assumir papel de importância no sistema de produção. Deixou de ser um período inútil à sociedade para tornar-se um fator de contribuição para o aumento de produtividade: "lazer-reposo = período de reprodução da força de trabalho".

A hora e vez do descanso de cada dia

Lazer-atividade

Novas estruturas sociais incluíram como fonte de produção a prestação de serviços postos à disposição do lazer. Este, por sua vez, transita de lazer-reposo para lazer-atividade, em que o beneficiário usa daqueles serviços pagando-os direta ou indiretamente.

Com o aumento da receita individual, o lazer passou a constituir perspectiva fundamental para a maioria dos homens. Aos poucos foram-se desenvolvendo outras atividades paralelas capazes de absorver as faixas potenciais de cada indivíduo, não aproveitadas pelo sistema de produção. O trabalho deixa de ser vivido como a única atividade fim e passa a ser desenvolvido como um meio de aquisição do tempo livre. Passa-se a trabalhar para se ter tempo livre.

Na complexidade da vida contemporânea, observa-se que tempo livre não pode mais ser entendido como o período em que não se trabalha, mas, de forma mais ampla, como o período de liberação das múltiplas atividades cotidianas ou rotineiras. Um quadro que reunisse essas atividades não excluiria: o trabalho profissional, trabalho suplementar, trabalho de manutenção doméstica, as atividades de preparo e apoio individual, as obrigações familiares, sociais, espirituais, as atividades de preparo ou desenvolvimento profissional e cultural.

A partir desse ponto, torna-se inexacta a relação antagônica de tempo de lazer e tempo de trabalho. Apreendido em sua amplitude, em sua complexa natureza, e compreendido em suas relações com os demais aspectos de nossa civilização, o lazer deixa de ser um problema menor colocado ao fim de um repertório maior, tornando-se essencial ao desenvolvimento da humanidade. A nova riqueza virá do tempo do lazer e não somente do tempo do trabalho.

Lazer nos países subdesenvolvidos

Nas sociedades subdesenvolvidas, o lazer assume inúmeros aspectos contraditórios. De forma genérica, o "tempo livre" individual é utilizado como segunda jornada de trabalho para aumentar a renda familiar. Numa economia com problemas de subemprego, a compreensão do problema retroage a épocas de pouca distinção entre "labor" e "lazer", em que todo e qualquer período, por menor que seja, é aplicado em atividades que possam reduzir os problemas de sobrevivência individual.

Para as maiorias o lazer não alcança valor próprio. Ele se coloca dentro do inventário de privilégios das minorias, só podendo ser usufruído a partir de uma elevação do status social. Nesse quadro o lazer é consumido pelas minorias privilegiadas, ou de alto emprego assegurado.

A semelhança do que ocorre nas sociedades mais desenvolvidas, aque-



Fotografos - Associados

las minorias se debatem em busca de novas formas de ocupação e consumo desse "tempo livre". Tal homem se sente perplexo diante da extraordinária multiplicidade de alternativas à sua frente: os valores do lazer ainda não estão prontos a responder ao vazio suscitado por este "tempo livre". E observa-se a predominância de um clima de angústia, "do que fazer" do **horror vacui**, que ao longo da história foi uma das componentes do barroco e do absolutismo e que presentemente é um dos temas da sociedade de consumo.

Em suas formas extremas, as respostas dessas sociedades subdesenvolvidas representam dois pólos: o da minoria — que importa modalidades de serviço e bens de lazer e os enxerta como ilhas no meio subdesenvolvido, ou que se expatria periodicamente para o gozo desse tipo de lazer; e o da maioria — que passa a dispor de serviços e bens de lazer ou demasiado onerosos e por isso não gozados, ou pagos indiretamente e fonte de alienação ou derivação de sua problemática existencial, numa ressurreição dos mecanismos de alienação do **panem et circenses**.

Lazer e criatividade

Ao longo da história, a criatividade tem sido compreendida como um dom pertencente a uns poucos eleitos — os artistas.

O aprofundamento da compreensão das estruturas do ser humano proporciona a idéia oposta: toda pessoa é, inatamente, criadora, podendo exercer continuamente essa facul-

dade se não for impedida nisso. A aceitação desse postulado modifica por completo os conceitos do fazer-saber contemporâneo, nisso incluída a arte, que deixa de ser privilégio daqueles poucos eleitos. Em seu estágio atual a arte substituiu o "objeto" (a coisa) pela atividade, que passa a ser potencialmente de todos. Nessa nova situação — arte/atividade — é cada vez menor a distância entre o artista e o público, entre o homem comum e o artista, entre o trabalho e o lazer. No fazer criador todos se confundem no desenvolvimento de propostas abertas de participação coletiva.

Até o presente, nenhuma sociedade soube, em plenitude, colocar a serviço do seu próprio desenvolvimento a parcela de criatividade e inventiva existente em cada um de seus membros. E esse desperdício é comum às sociedades de nosso tempo, independente de sua estrutura econômica ou tendência de desenvolvimento.

Criatividade e subdesenvolvimento

Uma das características das sociedades subdesenvolvidas é a sua dependência para com as sociedades desenvolvidas. O avanço tecnológico tem contribuído para ampliar o desnível entre os países ricos e as nações periféricas latino-americanas ou afro-asiáticas. A utilização dos mesmos métodos das sociedades desenvolvidas tem caracterizado a atitude de dependência dos países periféricos e tem contribuído decisivamente para a conservação do status de dependência.

A hora e vez do descanso de cada dia



Fotografos Associados

No entanto, numa visão desvinculada da problemática de mercado, pode-se observar que a sociedade subdesenvolvida é melhor campo de aplicação de novas propostas para a humanidade, não a partir do interesse das nações desenvolvidas, mas como campo de criatividade dos membros da própria sociedade. Esse potencial criativo, aplicado a todos os setores de atividade, poderá propiciar a aceleração do desenvolvimento indispensável à superação do impasse em que se encontram as nações periféricas.

Permanecer envolvido nas contradições atuais, tentando resolvê-las sem olhar para o futuro de forma criativa, é contribuir para a manutenção do subdesenvolvimento e alimentar os interesses das nações detentoras da maior parcela de riqueza da humanidade. No Encontro Futurologista realizado em Kioto, Japão, em 1970, dentre 280 membros, somente três eram da América Latina. A justificativa para desproporções desse tipo tem sido sempre de que o subdesenvolvimento possui uma pauta de problemas tão próprios que não deve dedicar-se a visões prospectivas. Enquanto isso, seu futuro vai sendo traçado pelos interesses das nações desenvolvidas.

Se a sociedade subdesenvolvida puder conciliar seu potencial de criatividade com uma política de lazer que atualize esse potencial, encaminhará de forma própria o seu desenvolvimento em padrões novos e originais que poderão, provavelmente, apresentar os aspectos positivos do desenvolvimento clássico, sem os seus muitos lados negativos, transitando para uma direta institucionalização do lazer-criatividade.

Lazer-criatividade

O lazer-reposo transitou para o lazer-atividade, forma essa já hoje sentida como superada pelo lazer-criatividade. Esta, porém, não se limita à expansão do **Homo ludens**, mas do homem em sua inteiridade

— em que as barreiras do trabalho e do repouso, do fazer e do conhecer, da produção e da criação são superadas pela concomitância desses valores em todo o tempo da vida social. O indivíduo é estimulado pelo meio social e estimula esse meio social. O lazer-criatividade passa a ser o tempo da liberdade em que se darão todas essas atividades.

Visto sob esta óptica, o lazer se apresenta como a grande alternativa capaz de contribuir para a superação da "crise de participação", na qual se vem gerando uma nova "classe de pobres", caracterizada pela pobreza de sua humanidade, isto é, pelo fato de que as potencialidades do ser ficam para sempre truncadas. É através da mobilização da criatividade propiciada pelo lazer que o indivíduo e a sociedade poderão encontrar sua plenitude.

Espaço e lazer

Todas as considerações anteriores são feitas em função de uma hipotética evolução histórico-cultural unilinear.

O esquema não se ajusta aos diferentes matizes do espectro social e histórico humanos. De um lado, do ponto de vista social, há componentes que devem também ser levados em conta para a organização social do lazer: as faixas etárias, a divisão em sexo, as camadas econômicas, culturais e educacionais, as tendências de interesse etc. No caso da sociedade subdesenvolvida, é indispensável observar que ela se caracteriza não apenas pelo atraso expresso de sua tecnologia, mas sobretudo pela concomitância, nos mesmos centros, de diferentes níveis de desenvolvimento dos usuários: o analfabeto pode conviver com o alfabetizado, o iniciado musicalmente com o não iniciado, o que possui maneiras refinadas com o que não as tem, o mais qualificado economicamente com o menos etc. Quando se cogita da organização do lazer em países ou áreas assim, se

o espaço é inespecífico, isto é, aberto a usuários de todos os tipos, sua problemática se torna muito complexa: ela mesma deve ser tal que, atendendo à diferenciação de exigências mais diversificadas, responde também à promoção dos menos qualificados.

Até o presente, organizados na perspectiva da sociedade de consumo, os espaços arquitetônicos e urbanos destinados ao lazer se limitaram ao lazer-reposo e lazer-atividade: hotéis, motéis, clubes de férias e repouso, casas de campo, campings, parques, em suma, estabelecimentos de incentivo ao consumo. Coerente com essa conceituação, sua concepção é fechada, rígida, e pouco traz de estímulo criativo ao usuário.

A resposta à formulação de um lazer-criatividade surge num urbanismo aberto, capaz de absorver a iniciativa e a invenção. O lazer como processo contribuirá para a constante mutação da proposta original da arquitetura e do urbanismo. Nessa proposta encontra-se implícita a própria superação da arquitetura da condição estática a que permaneceu vinculada até o presente, com a introdução de uma dinâmica no corpo arquitetônico e urbanístico.

Ao arquiteto, cuja função primordial é a de planejar, prever, cabe, a partir de agora, uma ação de liderança na busca desses novos caminhos, possibilitando e instrumentando as decisões presentes.

Em países desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, o arquiteto, convocado a colaborar na formulação da política, programa ou elaboração de projetos específicos destinados ao lazer, deve concretizar condições que propiciem estímulos à imaginação, e ao exercício de atividades criativas e experimentais, ao lazer-criatividade.

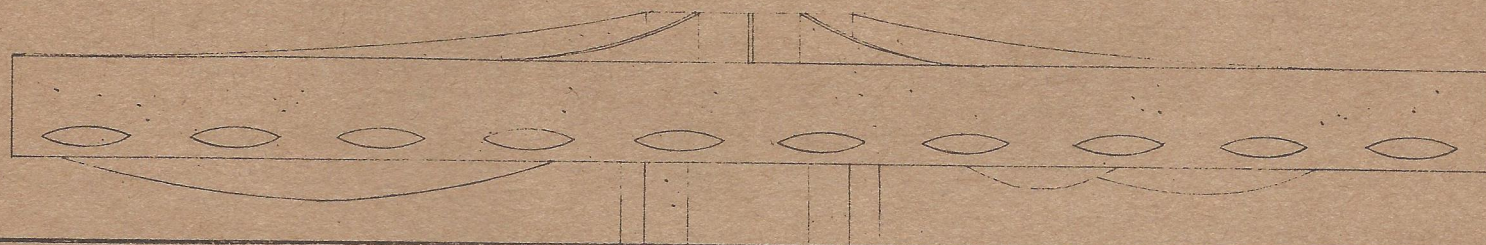
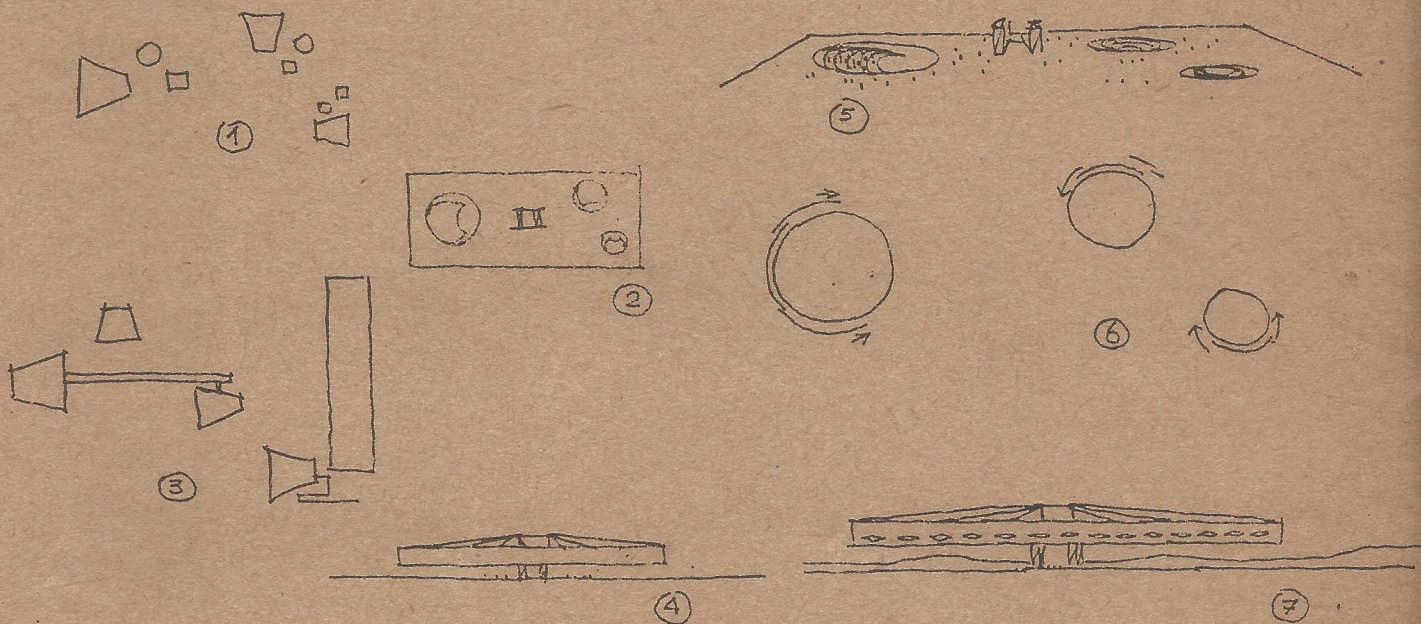
O arquiteto, como o artista, deixará no futuro de ser um fornecedor de obras acabadas, para se tornar um instrutor e proponente de situações onde o espaço se organiza como fruto do exercício lúdico e criador coletivo.

Mais um marco na obra de Niemeyer

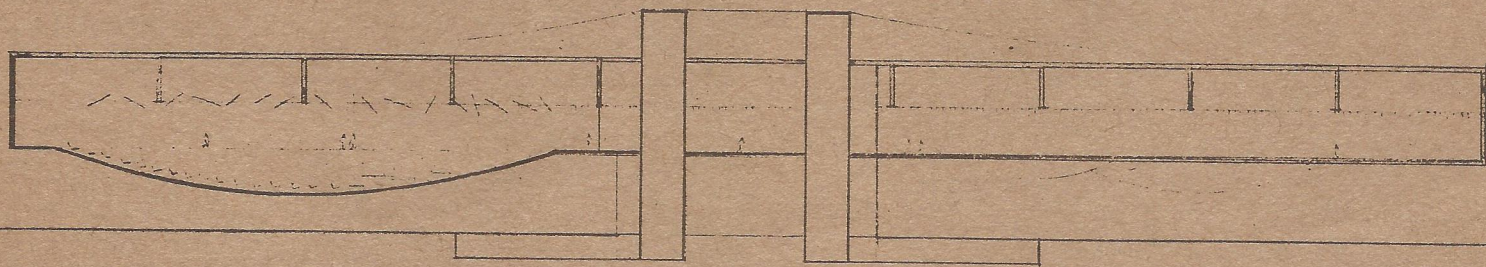
Nossa idéia é resumir todos os auditórios e salas anexas (1) num único edifício, criando assim um grande "foyer", com locais de espera, exposições, bares, etc. (2) Essa solução evita que o novo conjunto se apresente fracionado, como um prolongamento do Museu de Arte Moderna (3), mas sim como coisa autônoma, capaz de caracterizar o empreendimento: o Centro Musical da Guanabara (4). A solução que propomos é lógica, compacta e polivalente, permitindo os espetáculos simultâneos que o programa exige, mas

também realizações diferentes — de caráter popular —, com os auditórios abertos para o "foyer" e o público distribuído sem formalidades, participando do espetáculo como se estivesse numa grande praça coberta (5). Isso nos levou a convocar Jean Prouvé, que se propõe estudar e detalhar a vedação dos auditórios — som, vedação e movimentos —, garantindo-nos, com sua grande experiência, o êxito indispensável. Mas o problema da estrutura igualmente nos preocupava (6). Desejosos de preservar a vista para o mar, suspen-

demos todo o edifício sobre um apoio central, vigamento de concreto na cobertura, tirantes metálicos e balanços de 50 metros (7). Sabíamos que o problema não apresentava dificuldades. Afinal, é um tipo de estrutura claro e definido que depende apenas do dimensionamento adequado. Mesmo assim, procuramos em Roma o engenheiro P. L. Nervi, nele encontrando a esperada receptividade e um grande interesse em realizar os cálculos estruturais, propondo-nos, inclusive, a substituição das vigas de concreto por tiran-



FACHADA



CORTE

VARIANTE I

tes metálicos, solução que apresentamos na variante 2 (8). E agradou-nos ver como nosso pensamento se harmonizava, como o velho mestre compreendia nosso empenho em prever os grandes espaços livres, em especular na técnica construtiva, em dar ao trabalho do engenheiro um sentido mais alto e criador. E foi com agrado que dele ouvimos: "Niemeyer, você devia ter me procurado dez anos antes. Que coisas poderíamos ter realizado!"

Tranqüilos com relação à estrutura que sabíamos levantaria dúvidas nos

mais tímidos, retomamos o trabalho, verificando se os acessos estavam na escala da obra projetada (9); se a circulação se faria correta; se as ligações entre serviços eram satisfatórias (10); se os problemas de som, climatização, ventilação, iluminação, etc. atendiam às solicitações técnicas; se o conjunto destinado às salas de administração, ensaios, serviços técnicos, etc., localizado, semi-enterrado, junto ao bloco principal, era flexível, apto às modificações futuras (11). E reexaminamos o aspecto plástico, a relação entre cheios

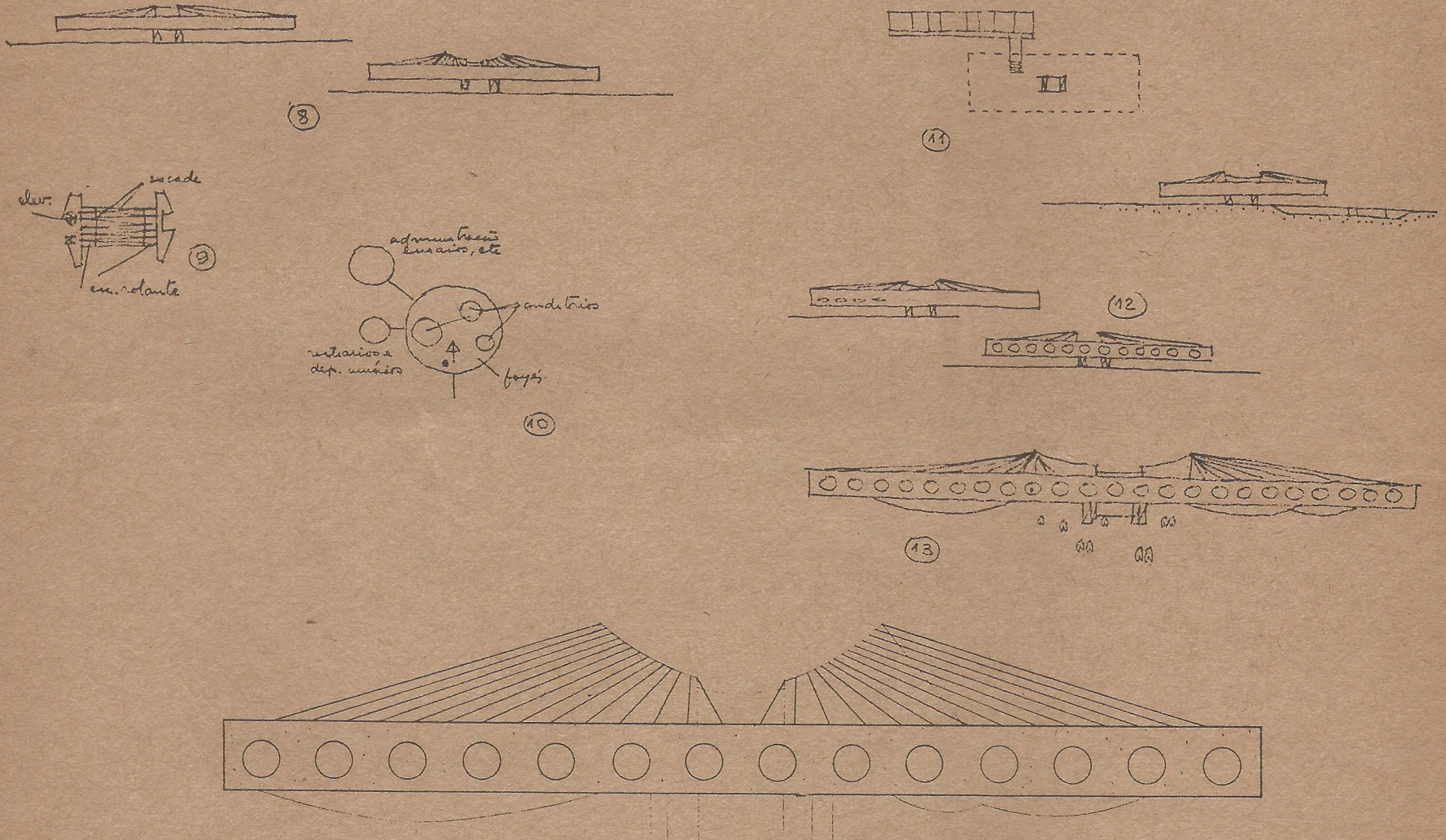
e vazios das fachadas (12), imaginando a obra como já realizada e o público a transitar pelos pilotis, surpreso com o seu arrojado, curioso com as abóbadas invertidas dos auditórios, coloridas, variadas, quase surrealistas (13).

A longa tira de papel com desenhos que junto anexamos mostra como em três dias o projeto evoluiu e se fixou, como vacilamos, a princípio, entre a solução compacta e o partido de prédios isolados, como a idéia de deixar sob os pilotis as si-

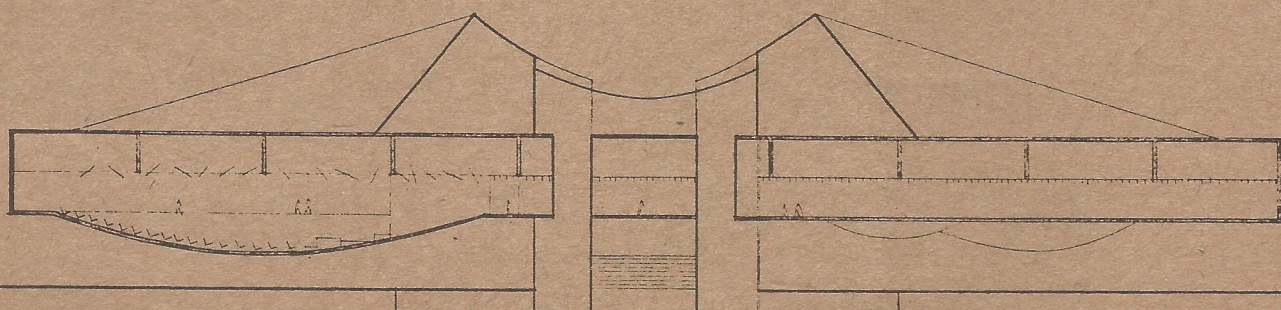
lhuetas curvas dos auditórios nos entusiasmou, influenciando no nosso espírito e no partido arquitetural. Era o elemento novo que precisávamos e com ele prosseguimos para a solução definitiva.

Eis o que nos cabe dizer sobre este projeto que acreditamos poderá constituir — se realizado — boa obra de arquitetura, testemunho corajoso do progresso técnico do nosso País.

Oscar Niemeyer



FACHADA



CORTE

VARIANTE 2

Bienal

Tudo pronto para o grande encontro

Está tudo pronto para a realização, em junho de 1973, da I Bienal de Arquitetura. Ela foi criada através da participação conjunta da Fundação Bienal de São Paulo, Instituto dos Arquitetos do Brasil e Banco Nacional de Habitação e pretende ser uma exposição de arte e de desenvolvimento de todas as realizações mundiais ligadas à atividade do arquiteto e de profissões afins. A Bienal terá duração de um mês.

Estão programadas exposições de trabalhos relacionados com Urbanismo, Edificação, Desenho Industrial (objeto), Comunicação Visual (mensagem), exposições temáticas de interesse do desenvolvimento nacional, além do Concurso Internacional de Escolas de Arquitetura, seminários, conferências e encontros.

A Bienal será realizada com o apoio de instituições universitárias, órgãos nacionais e internacionais de arte e ciência, União Internacional dos Arquitetos, Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos e Unesco. O Itamaraty se encarregou de divulgar a Bienal de Arquitetura, através de suas representações, em todos os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.

A coordenação dos trabalhos está a cargo de um Conselho Diretor, que tem como presidente o arquiteto Oswaldo Correa Gonçalves.

Denominação, local e data

A Exposição Internacional de Projetos é uma das manifestações da Bienal de Arquitetura, devendo ocorrer de 8 a 30 de junho de 1973 no Parque Ibirapuera, em São Paulo, Brasil.

Objetivo

Terá por objetivo reunir Projetos de Arquitetura e equipes interdisciplinares, ligados à problemática da ocupação territorial nos diversos campos da atuação profissional, para um confronto e balanço crítico da arquitetura no início da década de 70, nos países participantes, versando as seguintes áreas: Urbanismo, Edificação, Objeto (desenho industrial) e Comunicação Visual (mensagem).

Participação

Participarão da Exposição Internacional de Projetos arquitetos inscritos (pessoa física) ou equipes interdisciplinares das quais façam parte arquitetos com trabalhos já concluídos. Sendo trabalho de planejamento, é suficiente que o processo de implantação esteja iniciado.

Apresentação dos trabalhos

A forma de apresentação será gráfica, podendo ainda acrescentar complementação em audiovisual, ou tridimensional.

1. Na forma gráfica, o arquiteto ou equipe participante terá direito a ocupar até três painéis de 1,20 m de altura por 2,40 m de largura, e, no

caso de projeto de planejamento, até seis painéis.

Os trabalhos do Brasil deverão ser enviados em pranchas rígidas, já montados, podendo ser em módulos de 0,60 m por 0,80 m (alt. x larg.). Os trabalhos provenientes de outros países deverão ser enviados normalmente pelo correio, somente em negativos das fotos, preto e branco, com esquema de montagem, juntamente com a importância de US\$ 100,00 por cada painel de 1,20 m x 2,40 m, para serem montados pela Bienal.

2. No caso da complementação de audiovisual, o arquiteto ou equipe participante deverá providenciar os equipamentos necessários à projeção desejada.

Prazo de inscrição e entrega dos trabalhos

1. Inscrições — deverão ser feitas nas sedes dos Institutos de Arquitetos, Sindicatos ou Órgãos de Classe de cada país, que deverão fazer a seleção dos trabalhos.

As fichas de inscrição dos trabalhos selecionados deverão chegar à Secretaria da Bienal até 2 de março de 1973.

2. Entrega dos trabalhos — Os trabalhos acompanhados da segunda via de inscrição deverão chegar à Bienal até 20 de abril de 1973.

Comissão de críticos e láurea

Será constituída uma Comissão Internacional com cinco arquitetos indica-

dos pelo Conselho Diretor da Bienal de Arquitetura, com a finalidade de coordenar uma mesa-redonda para analisar os trabalhos e debater aspectos criativos, estéticos, sociológicos e técnicos que entram na elaboração de Projetos de Arquitetura no início da década de 70. Essa Comissão terá também por atribuição a escolha dos melhores trabalhos, os quais receberão diploma, sendo a três deles atribuídos os seguintes prêmios:

Prêmio Presidente da República — Medalha de Ouro — Cr\$ 40.000,00
Prêmio Ministro do Interior — Medalha de Prata — Cr\$ 20.000,00
Prêmio Banco Nacional da Habitação Medalha de Bronze — Cr\$ 10.000,00
O critério de premiação é de responsabilidade total dessa Comissão, que é soberana nas decisões.

Disposições gerais

Os trabalhos expostos, salvo os de apresentação especial, serão considerados doados à Fundação Bienal de São Paulo para o acervo da Bienal de Arquitetura, os quais poderão ser utilizados em exposições e publicações.

O endereço para o envio dos trabalhos é: Fundação Bienal de São Paulo, Caixa Postal 7832, Parque Ibirapuera — São Paulo — Brasil.

Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Diretor da Bienal de Arquitetura.

construções em pré-moldados de concreto

RODRIGUES LIMA

CONSTRUTORA E INDUSTRIAL LTDA.

AVENIDA EUSÉBIO MATOSO N.º 690 — TELEFONES: 286 4025 286 4036 — SÃO PAULO

O Regulamento da Exposição Internacional de Escolas

Exposição de Escolas

O Regulamento aprovado pelo Conselho Diretor da Bienal para a Exposição Internacional de Escolas de Arquitetura, que será realizada paralelamente à Exposição de Projetos, como uma das manifestações da Bienal de Arquitetura, é o seguinte:

Objetivo — Tema — Apresentação

Objetivo — Incentivar a análise, discussão e avaliação de métodos de ensino, conceitos didáticos e processos metodológicos do projeto, através do confronto das idéias e propostas de ensino de arquitetura desenvolvido nos diferentes centros de cultura do mundo, e sua aplicação configurada num projeto de espaço físico.

Tema — Ficará a critério de cada Escola, devendo ser projeto para o país de origem, sendo trabalho curricular ou não.

O trabalho — Deverá ser mostrado o processo de pesquisa, a metodologia empregada na interpretação e transformação dos dados em proposta de espaço físico e as interferências do projeto final na comunidade a que se destina. Deverá ser mos-

trada também a forma de participação dos alunos, dos professores e assessores.

Didática da Escola — A Escola deverá apresentar a estrutura didática do curso de Arquitetura, os objetivos a atingir pelos departamentos ou disciplinas que estejam vinculadas ou interfiram no destino do projeto.

Apresentação do trabalho — O trabalho deverá ser apresentado de forma gráfica, em até três painéis de 120 x 240 cm, podendo ser acompanhado por outras formas de expressão. O trabalho deve ser remetido à Fundação Bienal de São Paulo, ficando a cargo das Escolas a montagem em painéis.

Prêmios — Júri de Premiação

Premiação — Haverá premiação em dinheiro e diplomas. Haverá também diploma de participação.

Prêmio Governador do Estado de São Paulo — Medalha de Ouro — Cr\$ 25.000,00.

Prêmio Prefeito Municipal de São Paulo — Medalha de Prata — Cr\$ 15.000,00.

Júri de Premiação — O Júri de Premiação será indicado pelo Conselho

Diretor da Bienal de Arquitetura (até abril de 1973).

Disposições gerais

Inscrições e entrega do trabalho — As inscrições deverão ser feitas até abril de 1973, através da ficha anexa. Os trabalhos deverão ser remetidos até 10 de maio de 1973, para a Fundação Bienal de São Paulo — Bienal de Arquitetura — Parque Ibirapuera — Caixa Postal 7832 — São Paulo — Brasil.

As decisões do Júri de Premiação são irrevogáveis.

A Bienal de Arquitetura não se responsabiliza por eventuais danos sofridos pelos trabalhos enviados.

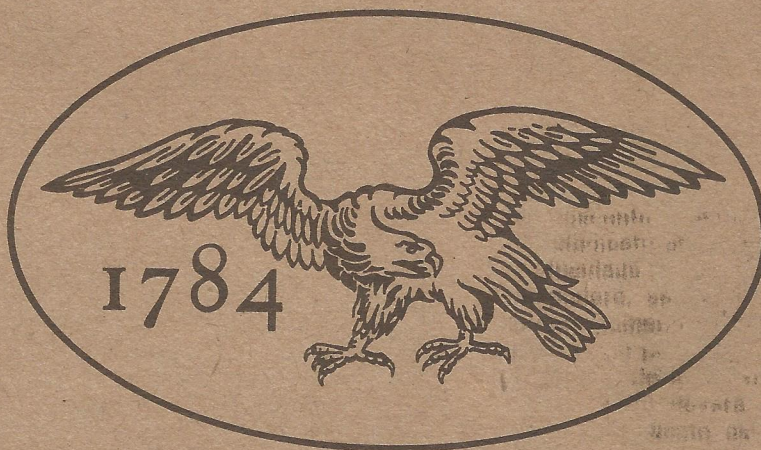
Se houver diferença de grafia nos nomes dos inscritos, prevalecerá a constante da ficha de inscrição.

A Bienal de Arquitetura se exime de eventual omissão, no catálogo ou na montagem, se as datas não forem respeitadas.

A assinatura da ficha de inscrição implica a aceitação das normas deste Regulamento.

Os trabalhos deverão ser remetidos até 10 de maio de 1973 para a Fundação Bienal de São Paulo, que poderá utilizá-los em exposições ou publicações.

Financiamento para arquitetos



PARA O ARQUITETO JÁ NÃO EXISTEM MAIS BARREIRAS NEM
LIMITES PARA CONSEGUIR DINHEIRO. BASTA VOCÊ VIR AO
BANCO DE BOSTON ESCOLHER O PRAZO E O QUANTO DESEJA.
NOSSA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS ESTÁ A SEU DISPOR.

BANCO de BOSTON

SÃO PAULO
Rua Líbero Badurá, 487 - fone: 33-2193
Rua Estados Unidos, 1390 - fone: 81-9826
RIO DE JANEIRO
Av. Rio Branco, 18 - fone: 223-2191
CAMPINAS
Av. Francisco Glicério, 1275 - fone: 8-5147
PORTO ALEGRE
Rua 7 de Setembro, 1126 - fone: 24-4337

Direitos autorais, um campo pouco explorado

Realmente, não só no Brasil existe muito pouco em relação ao direito autoral referente à obra de arquitetura e desenho artístico. É um campo pouco explorado, onde não há muito de doutrina e a jurisprudência é pobre. Acreditamos que muito da explicação deste fato encontra-se no conflito que se cria entre o direito de propriedade do dono da obra e o direito autoral do arquiteto.

Em termos de síntese histórica, conforme sustenta A. Lindey em sua tese, a Arquitetura, através dos estilos greco-romano, gótico, renascença, inglês e colonial, tem vivido no passado, em permanente estágio de plágio e contrafacção. Entretanto, afirmamos que, a partir da segunda metade do século XIX, tal conceito merece restrições.

Fundamentalmente, as leis suíças serviram de apoio à jurisprudência daquela época, que passou a distinguir entre **obras de arquitetura**, feitas na base de uma concepção artística e original, e **obras comuns**, resultantes de uma atividade puramente manual, sem corporificar uma idéia criadora ou oferecer uma solução original.

A partir da Suíça, a obra arquitetônica começou a receber a proteção das leis européias, culminando com a Convenção de Berna, em 9 de setembro de 1886.

Hermano Duval, em "Violações do Direito Autorais", caracteriza como plágio ou imitação em Arquitetura quando a nova construção reproduz a linha, a concepção artística fundamental ou a solução técnica original da obra imitada. Neste ponto faz um elogio à moderna arquitetura brasileira que, pelas suas originais e arrojadas concepções, ficou internacionalmente afamada.

A jurisprudência estrangeira que existe é farta em relação ao direito autoral relativamente à produção literária, plágio e contrafacção; entretanto, quanto à obra arquitetônica, não existe muito a respeito. No Brasil, em verdade, podemos dizer que inexistente, tão pouca e oscilante é a jurisprudência.

O que justifica tão pobre casuística é o que se pergunta, uma vez que o problema existe em larga escala, cada vez mais atual.

Lindey argumenta que seriam motivos de ordem econômica.

Hermano Duval argumenta que, "com efeito, consumada a ofensa, a sanção não há de ser a demolição da construção contrafeita; só poderá consistir no pagamento de honorários — presumivelmente até a escala moderna de Le Corbusier (1927) — eram maior interesse em enfrentar as atribuições da Justiça para rece-

bê-los após alguns anos de luta forense; daí a falta de antecedentes judiciais a respeito".

Argumenta ainda ser o arquiteto de natureza discreta e reservada; envolvido numa hipótese de plágio, prefere a censura da crítica à judiciária, nos moldes de tradição literária. Cita inúmeros e históricos exemplos brasileiros.

Na atualidade acreditamos que a solução para a valorização do trabalho do arquiteto seria incentivar a luta forense contra o plágio e a contrafacção.

Tanto é verdade ser a casuística nacional paupérrima, que os casos que vão à Justiça recebem total apoio da imprensa especializada.

O próprio anteprojeto do Código de Direito do Autor e Direitos Conexos dedica parte bem restrita à proteção do direito autoral em obra arquitetônica, sendo exato que a parte geral de transmissão de direitos do autor, medidas cautelares e sanções não se ajusta perfeitamente à especialidade dos arquitetos. Somente a atuação em conjunto, para valorização e defesa dos direitos autorais dos arquitetos, poderá conseguir maior proteção, não só por parte da legislação como do Poder Judiciário. **Lillian Gomes Mello.**

Imposto Sindical, uma contribuição obrigatória

Os arquitetos, como todos os trabalhadores e profissionais liberais, para poderem exercer a profissão, deverão estar quites com suas obrigações sindicais, recolhendo nos prazos previstos pela lei sua contribuição sindical, o Imposto Sindical.

A Contribuição Sindical corresponde à importância de 10% do salário mínimo da região. (Em São Paulo, Cr\$ 26,88.)

A guia de recolhimento da contribuição sindical deverá ser preenchida e paga em qualquer agência do Banco do Brasil S.A. ou na Caixa Econômica Federal **até o dia 28 de fevereiro de 1973.** Após essa data pagará a multa que corresponderá a 10% do valor da contribuição sindical devida, isto é: Contribuição Sindical, Cr\$ 26,88 mais a multa de Cr\$ 2,68, num total de Cr\$ 29,56.

Os arquitetos assalariados, contratados, vinculados a qualquer empresa pelo regime da CLT, que não recolham sua contribuição sindical até o dia 31 de março de 1973, estarão sujeitos a desconto na folha de pagamento da empresa em **um dia de salário**, à guisa de contribuição sin-

dical, e esse desconto poderá ser em benefício do sindicato ao qual a empresa está vinculada.

O arquiteto poderá, se lhe convier, solicitar ao departamento de pessoal de sua empresa que proceda ao desconto em benefício do Sindicato dos Arquitetos e para tal deverá providenciar junto ao Sindicato as guias correspondentes.

É fácil compreender que, para o arquiteto assalariado, é mais interessante contribuir no prazo estipulado por lei, ou seja, até o dia 28 de fevereiro de 1973, para o Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, primeiro por ser mais vantajoso economicamente e segundo por lhe possibilitar exercer, concomitantemente, a profissão como autônomo. Os arquitetos que residem no interior do Estado de São Paulo que, por qualquer motivo, não receberem as guias de recolhimento do Sindicato dos Arquitetos poderão adquirir guias padrões em papelaria especializada e completar com o nome do **Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo** — Código da Entidade n.º 415.029-5.

A importância da contribuição

Vale a pena esclarecer que é através da contribuição sindical e das anuidades dos associados que o Sindicato tem tido condição de exercer suas atividades. Neste período inicial de implantação, a Diretoria do Sindicato tem realizado reuniões semanais a fim de determinar a melhor forma de organização administrativa e de prestar os melhores serviços aos seus associados. Tem atendido os arquitetos sindicalizados prestando assistência jurídica, contábil e promocional tais como homologações contratuais, consultas referentes ao exercício profissional, colocações e esclarecimentos sobre níveis salariais existentes no mercado de trabalho. Para melhor atender os seus associados, o Sindicato está estudando um plano de Assistência Social aos Arquitetos.

Os arquitetos residentes em outros Estados devem fazer suas contribuições em nome do Sindicato dos Arquitetos de seu Estado. Quando estes não estiverem ainda formados, o imposto deve ser pago ao Sindicato dos Engenheiros e Arquitetos.



Direitos autorais, um campo pouco explorado

Realmente, não só no Brasil existe muito pouco em relação ao direito autoral referente à obra de arquitetura e desenho artístico. É um campo pouco explorado, onde não há muito de doutrina e a jurisprudência é pobre. Acreditamos que muito da explicação deste fato encontra-se no conflito que se cria entre o direito de propriedade do dono da obra e o direito autoral do arquiteto.

Em termos de síntese histórica, conforme sustenta A. Lindey em sua tese, a Arquitetura, através dos estilos greco-romano, gótico, renascença, inglês e colonial, tem vivido no passado, em permanente estágio de plágio e contrafacção. Entretanto, afirmamos que, a partir da segunda metade do século XIX, tal conceito merece restrições.

Fundamentalmente, as leis suíças serviram de apoio à jurisprudência daquela época, que passou a distinguir entre **obras de arquitetura**, feitas na base de uma concepção artística e original, e **obras comuns**, resultantes de uma atividade puramente manual, sem corporificar uma idéia criadora ou oferecer uma solução original.

A partir da Suíça, a obra arquitetônica começou a receber a proteção das leis européias, culminando com a Convenção de Berna, em 9 de setembro de 1886.

Hermano Duval, em "Violações dos Direitos Autorais", caracteriza como plágio ou imitação em Arquitetura quando a nova construção reproduz a linha, a concepção artística fundamental ou a solução técnica original da obra imitada. Neste ponto faz um elogio à moderna arquitetura brasileira que, pelas suas originais e arrojadas concepções, ficou internacionalmente afamada.

A jurisprudência estrangeira que existe é farta em relação ao direito autoral relativamente à produção literária, plágio e contrafacção; entretanto, quanto à obra arquitetônica, não existe muito a respeito. No Brasil, em verdade, podemos dizer que inexistente, tão pouca e oscilante é a jurisprudência.

O que justifica tão pobre casuística é o que se pergunta, uma vez que o problema existe em larga escala, cada vez mais atual.

Lindey argumenta que seriam motivos de ordem econômica.

Hermano Duval argumenta que, "com efeito, consumada a ofensa, a sanção não há de ser a demolição da construção contrafeita; só poderá consistir no pagamento de honorários — presumivelmente até a escala moderna de Le Corbusier (1927) — eram maior interesse em enfrentar as atribuições da Justiça para rece-

bê-los após alguns anos de luta forense; daí a falta de antecedentes judiciários a respeito".

Argumenta ainda ser o arquiteto de natureza discreta e reservada; envolvido numa hipótese de plágio, prefere a censura da crítica à judiciária, nos moldes de tradição literária. Cita inúmeros e históricos exemplos brasileiros.

Na atualidade acreditamos que a solução para a valorização do trabalho do arquiteto seria incentivar a luta forense contra o plágio e a contrafacção.

Tanto é verdade ser a casuística nacional paupérrima, que os casos que vão à Justiça recebem total apoio da imprensa especializada.

O próprio anteprojeto do Código de Direito do Autor e Direitos Conexos dedica parte bem restrita à proteção do direito autoral em obra arquitetônica, sendo exato que a parte geral de transmissão de direitos do autor, medidas cautelares e sanções não se ajusta perfeitamente à especialidade dos arquitetos. Somente a atuação em conjunto, para valorização e defesa dos direitos autorais dos arquitetos, poderá conseguir maior proteção, não só por parte da legislação como do Poder Judiciário. **Lilian Gomes Mello.**



Francisco Cartuso

Imposto Sindical, uma contribuição obrigatória

Os arquitetos, como todos os trabalhadores e profissionais liberais, para poderem exercer a profissão, deverão estar quites com suas obrigações sindicais, recolhendo nos prazos previstos pela lei sua contribuição sindical, o Imposto Sindical.

A Contribuição Sindical corresponde à importância de 10% do salário mínimo da região. (Em São Paulo, Cr\$ 26,88.)

A guia de recolhimento da contribuição sindical deverá ser preenchida e paga em qualquer agência do Banco do Brasil S.A. ou na Caixa Econômica Federal até o dia 28 de fevereiro de 1973. Após essa data pagará a multa que corresponderá a 10% do valor da contribuição sindical devida, isto é: Contribuição Sindical, Cr\$ 26,88 mais a multa de Cr\$ 2,68, num total de Cr\$ 29,56.

Os arquitetos assalariados, contratados, vinculados a qualquer empresa pelo regime da CLT, que não recolham sua contribuição sindical até o dia 31 de março de 1973, estarão sujeitos a desconto na folha de pagamento da empresa em um dia de salário, à guisa de contribuição sin-

dical, e esse desconto poderá ser em benefício do sindicato ao qual a empresa está vinculada.

O arquiteto poderá, se lhe convier, solicitar ao departamento de pessoal de sua empresa que proceda ao desconto em benefício do Sindicato dos Arquitetos e para tal deverá providenciar junto ao Sindicato as guias correspondentes.

É fácil compreender que, para o arquiteto assalariado, é mais interessante contribuir no prazo estipulado por lei, ou seja, até o dia 28 de fevereiro de 1973, para o Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, primeiro por ser mais vantajoso economicamente e segundo por lhe possibilitar exercer, concomitantemente, a profissão como autônomo. Os arquitetos que residem no interior do Estado de São Paulo que, por qualquer motivo, não receberem as guias de recolhimento do Sindicato dos Arquitetos poderão adquirir guias padrões em papelaria especializada e completar com o nome do **Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo** — Código da Entidade n.º 415.029-5.

A importância da contribuição

Vale a pena esclarecer que é através da contribuição sindical e das anuidades dos associados que o Sindicato tem tido condição de exercer suas atividades. Neste período inicial de implantação, a Diretoria do Sindicato tem realizado reuniões semanais a fim de determinar a melhor forma de organização administrativa e de prestar os melhores serviços aos seus associados. Tem atendido os arquitetos sindicalizados prestando assistência jurídica, contábil e promocional tais como homologações contratuais, consultas referentes ao exercício profissional, colocações e esclarecimentos sobre níveis salariais existentes no mercado de trabalho. Para melhor atender os seus associados, o Sindicato está estudando um plano de Assistência Social aos Arquitetos.

Os arquitetos residentes em outros Estados devem fazer suas contribuições em nome do Sindicato dos Arquitetos de seu Estado. Quando estes não estiverem ainda formados, o imposto deve ser pago ao Sindicato dos Engenheiros e Arquitetos.

Dois grandes nomes. Duas homenagens importantes

Oscar Niemeyer e João Batista Vilanova Artigas, dois grandes nomes da arquitetura brasileira, foram alvo de muitas homenagens neste fim de ano. Enquanto o IAB de São Paulo recebia festivamente em sua sede (muita gente importante presente, incluindo pessoal de teatro, cinema, televisão e jornalismo), o IAB da Guanabara conferia a Artigas (Prêmio Jean Tschumi 72) o título de "Personalidade do Ano". Oscar aproveitou sua passagem por São Paulo para rever amigos, falar de suas últimas obras (ver págs. 10 e 11), comentar a arquitetura brasileira, aqui e no exterior. No Rio, o IAB da Guanabara organizou uma grande festa para a entrega do título de "Personalidade do Ano", tendo o IAB de São Paulo se associado às homenagens organizando uma exposição com os últimos trabalhos do velho mestre e editando um catálogo — patrocinado por Alberto Nagib Riscallah — sobre uma de suas principais obras, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Muita gente de São Paulo foi até o Rio prestigiar a entrega do prêmio. Como homenagem extra, Artigas teve um almoço na casa de Roberto Burle Marx.

A exposição sobre a obra de Artigas virá para São Paulo e posteriormente será montada em outros Estados, nas sedes dos IABs locais.



Fotografos Associados

II Inquérito Nacional sobre Arquitetura Brasileira

O arquiteto Alberto Fernandes Xavier, encarregado de coordenar e apresentar ao Conselho Superior do IAB o novo Inquérito Nacional sobre Arquitetura, está ultimando a realização da estrutura geral do trabalho, para a próxima reunião do Conselho Superior que se pretende seja realizada em Goiânia, em janeiro de 1973.

Posse no CREA/6.ª Região

O Engenheiro Civil Máximo Martins da Cruz, eleito presidente do CREA/6.ª Região para o triênio 1973/75, tomará posse no próximo dia 12 de janeiro. O arquiteto Alfredo Paesani, presidente do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, faz parte da nova diretoria. A diretoria do CREA ficou assim constituída: Pres.: Engenheiro Máximo Martins da Cruz; 1.º Vice-presidente: Engenheiro Arnaldo Osse; 2.º Vice-presidente: Engenheiro Agrônomo Hugo de Almeida Leme; 1.º Secretário: Arquiteto Philipp Lohbauer; 2.º Secretário: Engenheiro Roberto Frade Monte; 3.º Secretário: Engenheiro Djalma Décio; 1.º Tesoureiro: Engenheiro Cláudio Walter Félix Bock; e 2.º Tesoureiro: Arquiteto Alfredo S. Paesani.

Deficit habitacional preocupa

Quase 40 milhões de casas — é o número que registra o deficit de residências do Brasil até o final da década. Baseando-se no deficit atual de 10,5 milhões de casas, um dos maiores da América Latina, e num crescimento demográfico de 3,2% ao ano, o Brasil vai precisar, em 1980, de mais de 36,9 milhões de residências para uma população de 124 milhões. Este cálculo foi realizado por técnicos que participaram do último Congresso Interamericano de Habitação.

O levantamento apontou também que o Brasil tem, em média, 5,3 habitantes em cada casa, num quadro em que a Venezuela é o país que possui maior número de moradores por imóvel: 8,7, seguido pelo Chile, com 6,4, e pela Nicarágua, com 6,2.

Carteira de Trabalho, facilidade para os arquitetos

Para tirar a sua Carteira de Trabalho, em São Paulo, o arquiteto não precisa entrar em filas: o CREA/6.ª Região mantém um convênio com a Delegacia Regional do Trabalho que possibilita ao profissional obter esse documento sem demoras, de uma maneira mais simples. Basta levar ao CREA duas fotos recentes 3 x 4 (com gravata e datada), o Certificado Militar (para os homens), a

Carteira de Identidade e o Registro do CREA, que a Carteira de Trabalho sai na hora.

Para os arquitetos casados, além desses documentos, são necessárias também a certidão de Casamento e a de Nascimento dos filhos, se houver. No caso dos arquitetos estrangeiros, a Carteira Modelo 19.

O endereço do CREA em São Paulo é Rua Nestor Pestana, 87 — 1.ª sobreloja, e o atendimento aos profissionais vai das 8,30 às 10,30 e das 13 às 17 horas.

Concurso de Arquitetura escolhe projeto para o ITEP

O Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco promoveu um concurso de arquitetura para a escolha do pro-

jeto para seu novo edifício-sede, a ser construído próximo à Cidade Universitária.

Coube ao IAB-PE a organização desse concurso, na categoria de concurso privado.

Foi vencedora a equipe coordenada pelo arquiteto Geraldo Santana, tendo funcionado como arquiteto consultor o colega Luiz Lacerda Nilo, designado pelo nosso IAB. Participaram da comissão julgadora os arquitetos Armando de Hollanda e Hélio Polito Lopes, pelo IAB-PE, e o engenheiro Camelo, vice-diretor do ITEP.

O nosso departamento tem procurado estimular o uso desse mecanismo de seleção de projetos, principalmente na área oficial, pois os resultados já refletem o nível desejado.

CONTABILIDADE ESPECIALIZADA

Legalização Escrita atrasada Balanços Registros de arquitetos autônomos INPS ISS Imposto de Renda Aposentadoria junto ao INPS Incentivos Fiscais

A ÚNICA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL ESPECIALIZADA

AUDICONTÁBIL

Av. Liberdade, 701 1.º Cj. 15 Fones: 278 7819 278 3653

Novas delegacias

Três novas Delegacias do IAB foram criadas, ampliando dessa forma as atividades da entidade: Mato Grosso (Cuiabá), Acre (Rio Branco) e Rondônia (Porto Velho). Os delegados são, respectivamente, os arquitetos Júlio Delamonica Freire, Cláudio Gastão Kipper e Marcus Sérgio Franco.

Intercâmbio cultural

O **Arquiteto** recebeu uma circular da Coordenadoria de Assuntos Culturais da Fundação Universidade Estadual de Londrina solicitando contatos e colocando-se à disposição para intercâmbio cultural.

A Coordenadoria começou a operar há um ano e já está movimentando os setores de Artes Plásticas, Cinema, Literatura, Teatro e Música. A correspondência nesse sentido poderá ser enviada em nome de Lara Strobel Camargo, do Setor de Artes Plásticas, no seguinte endereço: Universidade Estadual de Londrina — Reitoria — Coordenadoria de Assuntos Culturais — Caixa Postal "A". O telefone é: 2-3600 (Cidade Universitária).

Concurso na Alemanha

A Bayer alemã está promovendo um concurso internacional, com o tema "Construir em cores — Viver em cores".

As inscrições estão abertas até o dia 30 de junho de 1973, e informações mais detalhadas podem ser solicitadas no seguinte endereço: Farben Fabriken Bayer AG / D. 5090 Leverkusen-Bayerwerk/Spant AC-P — República Federal da Alemanha.

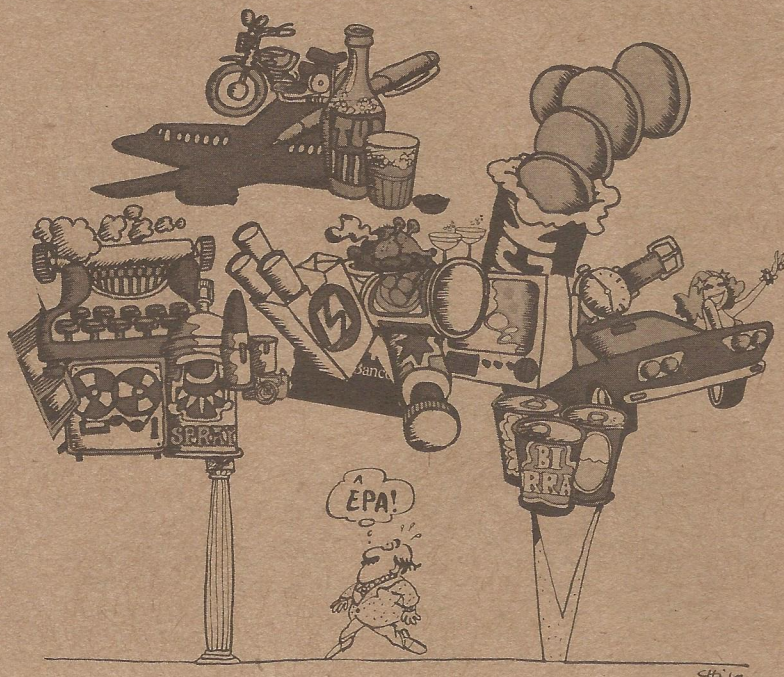
Registro na Prefeitura

Muitas prefeituras municipais exigem dos arquitetos o registro profissional em seus órgãos para permitir que estes se responsabilizem por plantas ou projetos. No município de São Paulo esse registro é obrigatório desde 1937, tanto para os autônomos quanto para os assalariados, e deve ser feito logo que o formando recebe sua carteira do CREA no Departamento de Arquitetura da PMSP (Rua Formosa, 99, 17.º, das 12 às 17 hs.). Basta levar a carteira do CREA e o comprovante de pagamento do Imposto Sindical e preencher um requerimento fornecido pelo órgão. O registro não precisa ser renovado periodicamente e para obtê-lo o arquiteto deve pagar uma taxa única de Cr\$ 50,00.

Federação das Escolas de Arquitetura

O IAB está coordenando e solicita apoio das escolas para a criação de uma Federação. O IAB sugeriu um Encontro de Diretores para concretizar diretrizes básicas da Federação, no início de 1973, em Brasília, já tendo providenciado, como material de consulta, o regimento da Federação das Escolas do México.

Uma tese sobre arquitetos



Francisco Caruso

"O Arquiteto, Estudo Introdutório de uma Ocupação" foi o tema da tese de mestrado do sociólogo José Carlos Garcia Durand, no departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O trabalho, que vem sendo elogiado por todos que o leram, apresenta o arquiteto inserido na sociedade de massas, dando um diagnóstico e

perspectiva de análise, fala da renovação artística e a identificação social do arquiteto no Brasil, da evolução de sua ocupação em São Paulo e a diferenciação atual da ocupação, em termos de crítica e expectativa. Um capítulo especial é dedicado ao IAB e à expressão atual da categoria. O jornal **Arquiteto** e a Schema Editora estão estudando a possibilidade de edição da obra.

Arquiteto denuncia infiltração de firmas estrangeiras

Um apelo no sentido de se impedir a infiltração de firmas e técnicos estrangeiros no campo da arquitetura, sob pretexto de assistência técnica e à sombra de convênios culturais, foi dirigido aos poderes públicos pelo Presidente do Sindicato dos Arquitetos na Guanabara, Arquiteto Peter José Schweiter, no III Encontro de Câmaras de Arquitetura, realizado em novembro em Porto Alegre.

Segundo o Sr. Peter José Schweiter, esses convênios culturais estão "escondendo a ação empresarial de grupos estrangeiros que penetram no mercado de trabalho brasileiro de forma desleal, não permitindo sequer a escolha do arquiteto por meio de concurso".

Por isso, a 5.ª Região do Conselho Nacional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (que corresponde às Regiões do Estado do Rio e da Guanabara) propôs, no Congresso, um levantamento de todos os contratos de planejamento assinados no País,

com firmas ou profissionais estrangeiros.

Esse levantamento estaria a cargo das Câmaras de Arquitetura — órgãos executivos e fiscalizadores dos Conselhos Regionais —, que verificariam se "a legislação pertinente estaria sendo respeitada". Propõe também a 5.ª Região a elaboração de novas normas de fiscalização dos Conselhos Regionais, para o controle do exercício profissional, da remuneração mínima, dos direitos autorais e do exercício ilegal da profissão.

Ao lado de uma fiscalização atuante e moderna, os arquitetos representantes da Guanabara e Estado do Rio propõem também o entrosamento com os estudantes universitários de Arquitetura, através de convênios com as universidades.

Grupo de Trabalho de Assessoramento

A Direção Executiva do IAB formou, para assessorá-la, um grupo de trabalho constituído de arquitetos do Distrito Federal, com o objetivo de fornecer pesquisas e opiniões que fundamentem as posições de nosso órgão de classe em questões específicas.

As conclusões do II Encontro Nacional de Estudantes

A falta de uma definição dos campos de atuação do arquiteto, a ausência de uma consciência de classe, e a constatação de que não é dada ao arquiteto a possibilidade de influir diretamente nos projetos públicos, no que lhe diz respeito, foram algumas das conclusões do II Congresso Nacional de Escolas de Arquitetura, realizado em Salvador, entre os dias 23 e 28 de outubro.

Analisando a situação dos cursos e das Escolas de Arquitetura, o Encontro constatou que existe "uma desarticulação das disciplinas do currículo, desestruturação do ensino e métodos, ausência de metodologia na pesquisa, irrealidade dos temas, que são impostos aleatoriamente, bibliografia orientada a uma aculturação, inexistência de grupos interdisciplinares, ausência de espaço físico, e má utilização do espaço existente nas escolas, aparelhamento didático deficiente, carência de verbas e má utilização das existentes".

O III Encontro será realizado em Belo Horizonte, na primeira quinzena de setembro de 1973, devendo a Comissão Nacional Provisória ser formada pelos estudantes da Faculdade de Arquitetura da UFMG.

VERMIFLOC

(O mais versátil isolante termo-acústico)

Um concreto que desafia o fogo



A mistura de VERMIFLOC com cimento e água constitui um concreto de peso específico variando entre 280 e 600 Kg/m³ e a resistência mecânica à compressão está na faixa de 7 a 35 Kg/cm².

DADOS TÉCNICOS:

- Ponto de fusão: 1.350°C
- Densidade aparente: 90 a 150 Kg/m³
- Condutibilidade térmica: 0,0325 Kcal/m²/H^oC/m
- pH: 7 - neutro
- Absorção Acústica - Coeficiente médio de redução de ruídos: 65%

MINEBRA

Minérios Brasileiros S.A.
Mineração e Industrialização

São Paulo - R. Haddock Lobo, 578 - 11.º and.
Cj. 111 - Tels.: 282-9336 - 81-3701
Endereço Telegrafico "MINERAÇÃO"
Rio de Janeiro - Rua Bento Lisboa, 63
Cj. 302 - Telefone: 45-9952
P. Alegre - R. Voluntários da Pátria, 595
S/ 102 - Telefone: 24-9822

As cores na rua. Uma proposta.

Um beco que era escuro e pouco utilizado foi pintado de branco. Num comprido muro, antes descascado e sujo, colocaram listras vermelhas, verdes e pretas que continuam invadindo a calçada. De repente, enormes letras, bolas coloridas, números e linhas sinuosas surgem no chão compondo um ritmo de formas e cores no espaço antes vazio.

É assim a Rua Gastão Loureiro, no bairro de Vila Mariana, em São Paulo. Uma rua colorida. Intervir no cotidiano, transformando-o, essa a proposta que foi realizada por um grupo de oito artistas plásticos, urbanistas, comunicadores visuais: Maurício e Nilva Fridman, arquitetos — que já tinham, no ano passado, pintado de vermelho e amarelo o muro e a fachada cinza de sua casa, no n.º 420 da mesma rua, desenhando linhas abstratas e a Mona Lisa nos muros vizinhos —, Antonio Lizagarra e Gerty Saruê, ganhadores do 1.º Prêmio da Pré-Bienal de 1972; Cleber Bonetti, João Roberto Rodrigues, Ernesto Walter e Ivone Saruê. Durante três meses, sob a orientação de psicólogos, eles discutiram as formas e as cores a serem realizadas. O desenho foi conduzido como qualquer projeto arquitetônico: com régua, compasso, esquadro e papel, utilizando-se o processo de "silk-screen", com matrizes. A obra toda, que se compõe de 150 metros de rua, uma escadaria e um beco, foi filmada e inscrita no Salão Paulista de Arte Contemporânea.

Os resultados até agora? Um fiscal da Prefeitura multou o grupo em dez salários mínimos (a multa foi posteriormente suspensa), por terem alterado uma área pública, ao mesmo tempo que o Secretário de Turismo, visitando o local, garantiu que incluirá a rua no roteiro turístico de São Paulo.

Mas importante mesmo foi a mudança que a rua trouxe aos seus moradores e à vizinhança. Todos eles foram favoráveis à proposta e se mobilizaram para concretizá-la, participando espontaneamente, mexendo com latas de tinta e pincéis, pintando a partir das matrizes.

O beco ganhou funcionalidade, as pessoas começaram a utilizá-lo. Branca, com uma listra azul, e coberta por panos coloridos, a escadaria tornou-se irresistível, todos querem passar por ela.

Para Maurício Fridman, a apropriação da Rua Gastão Loureiro é apenas o começo de uma proposta que visa redescobrir o cotidiano, a cidade. Maurício acha que ela deve ser ampliada: "A estética deve estar presente no planejamento global da cidade. Nossa proposta tem um sentido de modificação, de domínio, de posse da paisagem urbana pelo homem, pela população. E isso deve ser feito planejadamente, de maneira global". Dessa forma o lazer estará fazendo parte do cotidiano, do cenário da cidade.



O jornal pelo Brasil:

Goiás

O **Arquiteto** está sendo distribuído normalmente por aqui mas solicitamos aumento do número de exemplares para atender a todos os nossos associados. **Walmir Santos Aguiar**, presidente do IAB/Goiás.

Sergipe

Queremos informar-lhes de nosso contentamento pelo recebimento deste jornal, já que somente estamos em contato com as notícias sobre arquitetura nacional por intermédio dos boletins e ofícios enviados a esta Delegacia pelos Departamentos do IAB. **Delmo de Carvalho Aragão**, delegado em Sergipe do IAB.

Rio Grande do Sul

O jornal tem despertado vivo interesse entre os arquitetos associados deste Departamento. Estamos enviando o jornal a autoridades locais. Solicitamos aumento do número de

exemplares. **Newton Burmeister**, presidente do IAB/RGS.

Burmeister: Recebemos seu artigo. Ótimo. Será publicado nos próximos números. Mande também notícias daí e pequenas matérias e depoimentos sobre problemas profissionais. Lembre ao Fayet que estamos esperando sua colaboração.

Pernambuco

Embora consideremos de um excelente nível os números já publicados, gostaríamos de sugerir para o dinamismo desejado que houvesse mais entrevistas e depoimentos de arquitetos, pois acreditamos ser esta uma forma quente de jornalismo. O jornal por aqui atinge 95% dos arquitetos no exercício da profissão.

Boa sugestão. Vamos a partir do próximo número aumentar as entrevistas e começar a publicação das mesas-redondas que o jornal está promovendo sobre problemas profissionais e de arquitetura. Infeliz-

mente recebemos o noticiário de vocês com o jornal já fechado, dando para encaixar pouca coisa. No próximo daremos uma boa matéria. Continuem enviando material.

Um pedido de Volta Redonda

Tivemos oportunidade de apreciar, por intermédio de um dos nossos arquitetos, um exemplar do jornal editado por vocês. Tendo o referido jornal despertado o nosso interesse, visto possuímos na companhia uma equipe de arquitetos, vimos solicitar a vocês que informem da possibilidade de o recebermos normalmente. **Wellington P. Dourado**, assistente da diretoria da Companhia Brasileira de Projetos Industriais.

Seguem os 10 exemplares solicitados por você e pelo Ronaldo Alves.

O elogio do agrônomo

Tenho sido obsequiado com o recebimento do **Arquiteto**, órgão oficial

dos Arquitetos de São Paulo e do IAB/SP. O jornal faz justiça à capacidade desses nobres profissionais em se situarem no fato histórico e social e em participarem vivamente no contexto. Embora não pertença a essa categoria profissional, privo nela de honrosas amizades. Em nome delas e em meu nome, sinto-me no dever de consignar cumprimentos à Diretoria do Sindicato, desejando que todas as organizações profissionais pudessem, no mesmo estilo do **Arquiteto**, colocar o dado de sua afirmação de classe a serviço do homem no seu sentido mais lato. **Engenheiro Agrônomo D. Desgualdo Netto**, São Paulo.

Pedidos de assinatura

Providenciados os pedidos dos arquitetos Sylvio Nogueira (Curitiba), Lucíola M. de Alvarenga (Guanabara), engenheiro Maurício Melighendler (Ultracap Construtora Ltda./São Paulo).

Humor



— Walter, eu sei que você ama a arquitetura, quis fazer uma síntese e tal; mas ainda acho que deveria chamar um Arquiteto.